

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos aos leitores e leitoras é a segunda coletânea fruto de pesquisas de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, e de professores/as da escola pública com inserções em movimentos sociais que participam e integram o grupo de pesquisa “Políticas públicas e educação de jovens e adultos da classe trabalhadora” (PPEJAT-CNPq) no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora (PPEJAT).

O PPEJAT, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação, da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tem como axioma o desafio de fomentar e viabilizar o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão com e entre pesquisadoras e pesquisadores da graduação, da pós-graduação, de professores da escola pública, de estudantes jovens e adultos da classe trabalhadora, assim como de movimentos sociais.

Os textos que se encontram neste livro estão materializados em artigos que se avizinham no que concerne a antigas e emergentes problemáticas que envolvem a educação e formação humana das classes subalternas. No campo teórico-metodológico e analítico, os textos são orientados pelo materialismo histórico-dialético de Marx e Engels. Orientação que, dentre outros, coaduna os artigos pela característica da ênfase que conferem à importância da historicização dos fatos e objetos investigados, nos proporcionando condições objetivas de superação dos conhecimentos que são adquiridos a partir somente das aparências.

Dentre os dez capítulos que compõem o livro, iniciamos pelas reflexões das autoras Ana Valéria Dias Pereira, Maria Beatriz Lugão Rios e Marta Moraes - *Desafios, futuros programados e resistências nas políticas para a juventude trabalhadora* pelo qual as autoras se dedicam a trazer experiências sobre desafios e resistências que mobilizam jovens da classe trabalhadora para terem acesso ao direito à cidade em um território urbano periférico: a cidade de São Gonçalo que é a 2ª maior cidade do Estado do Rio de Janeiro e a 16ª do Brasil.

Na sequência, do segundo artigo - *Políticas Educacionais Neoliberais em Cena: Ataques à Formação da Juventude Brasileira* - Glasielle Lopes de Carvalho Ribeiro e Handerson Fábio Fernandes Macedo analisam três programas educacionais, em três momentos que chamam de “cenas”. Na primeira cena é analisado o Novo Ensino Médio (NEM), que segue orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Na segunda cena o programa que é destrinchado criticamente e historicamente pelos autores é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), com sua orientação de educar pelo medo. Na terceira cena vimos o Programa Novos Caminhos (PNC), configurado como um programa de educação profissional e tecnológica.

No terceiro capítulo do livro - *Programa Nova Eja: emancipação ou certificação?* Gabriela Silva analisa dados concretos (perceptíveis e pensados) sobre a implementação da Educação de Jovens e Adultos na rede pública estadual de educação do Rio de Janeiro. No texto, a autora se dedica à análise do Programa Nova Eja, ressaltando que o privilégio e detenção do poder do capitalismo do latifúndio, do patriarcado e racista tem sobre o povo brasileiro, o que reflete na histórica exclusão do direito à educação da classe trabalhadora.

No capítulo quatro escrito por Elaine Passos Pereira, *“Accountability, o estado avaliador e a reforma empresarial da educação”*, a autora analisa o conceito e o objetivo do gerenciamento de escolas públicas sob a égide da empresa privada: o método accountability. Percebemos, logo no início das abordagens, que o texto se converte em importante instrumento à compreensão crítica sobre a lógica do accountability tanto de forma geral, como especificamente na área educacional.

Durante o desenvolvimento do texto desfrutamos da análise de duas características do método que atendem à classe social que domina: as contradições com conquistas da classe trabalhadora e convergências com a redução da educação às necessidades empresariais. Ou seja, são destacadas e analisadas contradições na configuração do método no que diz respeito à percepção da educação como direito de todas e todos; bem como são examinadas as convergências do método em relação à percepção da educação como um instrumento à serviço do mercado capitalista.

No curso do livro dispomos do quinto capítulo - *A Gestão Democrática e o modelo gerencial: do Movimento Constituinte pela Educação à*

Constituição Federal de 1988. Em seu texto, a autora Maria de Fátima Rodrigues Mello realiza uma abordagem histórica sobre a ascensão do neoliberalismo no Brasil em meio a um momento de conquistas que fizeram parte do processo de redemocratização do país, após um duro e longo período de 21 anos de ditadura empresarial-militar. Período cujo legado antidemocrático que a história do Brasil carrega desde sua colonização, contou com um amplo espaço de desenvolvimento de estratégias de convencimento da população sem, contudo, conseguir frear movimentos contrários.

No sexto capítulo - *Os pré-vestibulares populares e suas relações com os movimentos sociais* - os (as) leitores (as) poderão compreender os objetivos dos autores Alex Luiz Vieira e Monica Paiva Volpato dos Santos quando estes retomam aspectos que consideram relevantes sobre a história de cursos de pré-vestibulares populares, ao mesmo tempo que objetivam contribuir para com a visibilidade desses cursos no tocante das relações que mantém com diferentes movimentos sociais, mais especificamente em relação com a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se que os autores nos proporcionam o contato com intelectuais que discutem categorias como educação popular e movimentos sociais, na perspectiva de uma educação concebida pelas classes subalternas.

Em seguida, o capítulo sete, *“Entre a EJA e o ENCCEJA: o fenômeno da migração de jovens e adultos para os exames de certificações no estado do Rio de Janeiro”*, Nadia Batista Correia, Marcos Vinícius Fernandes Reis e Marcia Soares de Alvarenga, os autores, contextualizam antecedentes históricos acerca das certificações, analisando a ampliação dessas certificações em detrimento ao desmonte das acanhadas políticas de educação para jovens e adultos na rede pública estadual de educação do Rio de Janeiro. A partir de um minucioso levantamento de dados sobre o ENCCEJA, contendo informações a respeito do perfil dos inscritos no Encceja de 2020, os autores nos mostram a nova face perversa da política para jovens e adultos trabalhadores, tendo os certificados como novo fetiche da escolarização para a subalternização.

No oitavo capítulo – *O uso de tecnologias como recurso pedagógico na EJA: do projeto minerva à plataforma CEJA virtual* – as autoras Cacilda Fontes Cruz e Edilaine de Melo Souza Souza se empenharam em desenhar um panorama histórico sobre a presença da tecnologia na Educação de Jovens e Adultos, desde a década de 1960 até os dias atuais. Uma presença que,

para além do objetivo de aumentar o quantitativo de pessoas com acesso ao conhecimento científico historicamente acumulado, também havia (e há) o objetivo de se utilizar tecnologias como forma de se materializar práticas de dominação. Para as autoras, na rede estadual de educação do Rio de Janeiro a EJA é reconhecida como um lugar de correção do fluxo escolar. Ao apresentarem a Rede CEJA, sinalizam para o que, durante a pandemia, foi posto na posição de balão de ensaio da Educação a Distância (EaD) para a Educação Básica.

A implementação das classes de aceleração das aprendizagens no município de Niterói: um percurso histórico - de Jessé Rodrigues Magalhães é o tema do capítulo nove do livro. Nesse texto, o autor destrincha o conceito de “fluxo escolar”. Encontramos no artigo a dedicação ao estudo sobre a interrupção parcial do fluxo que responde pelo nome “distorção idade-série” em grande parte da literatura, mas que o autor chama de “distorção idade-ciclo”, por conta da organização escolar da rede pública municipal lócus da pesquisa: Niterói/RJ. Para cumprir o objetivo de discutir criticamente a implantação de classes de aceleração em uma rede de educação organizada em ciclos, autor elabora a historicização do objeto de sua pesquisa, evidenciando contradições, que impõem analisar as causas estruturais subjacentes, como desigualdades sociais e falta de investimento na educação.

Encerrando as temáticas do presente livro, encontra-se o décimo capítulo *“Imigrantes haitianos em Mato Grosso/BR: dos limites legais ao direito à cidade”* no qual a materialidade da vida da classe popular é analisada por meio de relações sociais em territórios específicos. Ancorado na perspectiva da relação linguagem e sociedade de Henri Lefebvre, os autores Antonio Borromeu e Marcia Soares de Alvarenga dialogam com o campo de pesquisas sobre migrações, tendo como fontes documentos que ordenam a questão jurídica de concessão de refúgio em território brasileiro. O texto visa contribuir para estudos, reflexões e ações sobre migrações e seus desdobramentos para os direitos humanos nas cidades em que os deslocados buscam proteção e acolhimento para mitigarem o sofrimento social causado pelos deslocamentos forçados.

Diante do exposto, seguimos para finalização desta apresentação, salientando que os artigos deste livro, ao conferirem valor à historicização de fatos e objetos investigados, nos proporcionam condições objetivas de conhecer distintas maneiras de compreender melhor a educação brasileira da classe trabalhadora contemporânea.

Por entender a importância política e epistemológica do presente livro, leitoras e leitores encontraram um esforço coletivo de um grupo de pesquisa, o PPEJAT, intenso e incisivo em seu trabalho de pesquisas militantes a serviço das lutas sociais pelo direito à educação e pela vida digna de mulheres e homens que aspiram fazer da sociedade brasileira o que, ainda, ela não é: justa e igualitária.